

XI Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.

# **Programa Bolsa Família e construção de autonomia.**

Pamela Pecegueiro.

Cita:

Pamela Pecegueiro (2015). *Programa Bolsa Família e construção de autonomia. XI Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-061/21>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

## **Programa Bolsa Família e construção de autonomia**

PECEGUEIRO, Pamela

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste

pamelapecegueiro@hotmail.com

### **Resumo**

O presente trabalho se propõe a discutir a partir de análises bibliográficas sobre a temática e do mini documentário “Severinas”, a possibilidade da construção de autonomia a partir de políticas sociais. Sua centralidade reside na autonomia de centenas de mulheres que são beneficiárias de políticas de transferência de renda, em especial, no caso brasileiro, através do Programa Bolsa Família. Busca analisar o papel dessas mulheres que recebem o benefício como titulares e como podem, a partir disso, dispor de certas condições para romper com as diversas violências as quais estão submetidas num cotidiano machista e patriarcal. Mas também se plantea a possibilidade de manutenção dos sistemas de opressão a partir dessa mesma condição de titularidade. O Bolsa Família é um programa estatal de transferência direta de renda criado durante o governo Lula, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O programa, apesar de suas limitações, garante o direito à vida e, mais que isso, produz mudanças significativa na vida de seus beneficiários.

**Palavras-chaves:** políticas sociais; capitalismo; autonomia; feminismo; luta de classe.

### **Introdução**

A presente análise, baseada no curta-metragem “Severinas” tem como principal objetivo dois eixos de discussão: o primeiro diz respeito a possibilidade de autonomia de centenas de mulheres que recebem o benefício do Programa Bolsa Família (PBF) como titulares; o segundo se refere a um possível reforço aos papéis socialmente construídos e atribuídos à mulher em relação a essa condição.

De maneira introdutória, propomos uma rápida análise da atual conjuntura política do Brasil com vistas a introduzir o papel das políticas sociais na sociedade capitalista para

posteriormente abrir a discussão em relação a uma política específica materializada no PBF. Assim, num segundo momento abordaremos o documentário base dessa análise como forma de desenvolvermos os dois eixos de discussão propostos.

Por fim, abordaremos a relação entre feminismo e luta de classe partindo do entendimento que lutar pelo fim dos sistemas de opressão cotidianos resultado de uma sociedade machista e patriarcal implica também uma luta anticapitalista.

## **1 Políticas a serviço do Capital**

Desde 2002, com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, o Brasil vive uma série de reformas democráticas por meio de alternativas populares desenvolvidas pelo partido. O PT, partido de raiz operária e de esquerda, em seu governo passa a neutralizar a reação mais direta da direita e sua política neoliberal dominante no país desde a última década do século passado na figura do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A partir de uma espécie de pacto social (IASI, 2015, s/p), a burguesia aceita as regras do jogo, ganhando seus lucros e ampliando seus negócios, a partir da justificativa dada pelo atual governo de que esse seria o único caminho viável para a obtenção de reformas sociais.

Esse único caminho se traduz, entre outras coisas, na estratégia de promover programas compensatórios, ou políticas de transferência de renda que buscam superar a miséria absoluta e estimular o consumo popular como forma de “integrar” os mais pobres à sociedade. A incorporação dessas políticas públicas compensatórias reflete de duas formas sobre a sociedade. A primeira impulsionando o crescimento econômico de diversos setores, movimentando a economia e fortalecendo o capitalismo. A segunda, no crescimento de uma onda conservadora, restringindo os espaços de manifestação política e social da classe trabalhadora e produzindo uma certa consciência favorável a reformas (IASI, 2015, s/p).

Nesses últimos 12 anos de governo PT é evidente um processo de desconcentração de renda e conseqüente diminuição da distância entre as classes sociais. Isso porque a base da pirâmide ocupacional progrediu mais que os setores médios (isso se verifica por exemplo no fato de que a taxa de impostos sobre serviços foi maior que sobre a cesta básica e também pelo fato de que o acesso as universidades possibilitou uma maior inserção da classe trabalhadora em cargos de trabalho melhor remunerados). Esse cenário, provocando um certo desconforto da classe

média somado a outros fatores econômicos e políticos e a própria recuada do governo, refletiu numa série de contrarreformas nos direitos sociais da classe trabalhadora e o que se verifica atualmente é uma certa crise de hegemonia do atual governo que coloca em xeque sua representatividade para os próximos anos de mandato. Entretanto, qualquer análise mais profunda dessa situação fugiria dos limites desse trabalho.

O que nos resta discutir nesse ponto é, onde e como se situa o PBF nesse contexto. Durante o governo anterior ao PT, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) implanta diversos programas de distribuição de renda, assim, em 2002 quando Lula assume, já existiam uma série de programas sociais que beneficiavam milhões de família. Tais programas, “focados e compensatórios” seguiam as orientações do Banco Mundial (BIRD).

Aperfeiçoando o projeto neoliberal já existente e deixando explícito na Carta ao Povo Brasileiro que queria “[...] abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas [...]” (LULA DA SILVA, 2002, s/p), o então presidente Lula toma como eixo de seu discurso de posse o Programa Fome Zero que em seus primeiros anos demonstrou a preeminência do Programa Bolsa Família posto em prática em 2004 a partir da fusão de quatro programas já existentes e que, com o passar do tempo acaba por substituir o próprio Fome Zero.

Dentro da afirmativa que propomos da funcionalidade das políticas sociais ao capital, reforçamos o papel fundamental que o PBF teve (e ainda tem) nos âmbitos tanto econômico, quanto políticos/sociais. No âmbito político vemos, por exemplo, o amortecimento dos conflitos sociais verificado, entre outros casos, no esvaziamento dos movimentos sociais sem-terra durante o primeiro mandato de Lula (COGGIOLA, 2013).

Inicialmente, as famílias beneficiárias do PBF recebiam até R\$ 120,00 ou R\$67,00 por mês e atendiam alguns critérios como: frequência escolar de 85%, acompanhamento de vacinação e pré-natal. Para receber o benefício as famílias devem realizar uma inscrição no Cadastro Único (CADÚnico), inscrição que se dá por meio de um sistema online, de forma impessoal. Atualmente, tal cadastro continua sendo a via de acesso ao Programa, houveram algumas modificações quanto às condicionalidade e exigências bem como nas modalidades do Programa, tornando-se impossível estipular um único valor recebido pelas famílias visto que cada uma dispõe de condições particulares (quantidades de criança e/ou adolescente, renda mensal, etc), entretanto o valor varia de R\$ 77,00 a R\$230,00.

Por fim, entendemos o PBF como um dos fatores que permitiram a diminuição ou o acercamento entre as classes apesar de suas diversas limitações (em especial se considerarmos que o subsídio transferido muitas vezes não é suficiente sequer para garantir o acesso a alimentação). Assim, guardadas as críticas sobre sua funcionalidade para a acumulação capitalista e para a reprodução da ordem social, há que se considerar também o Programa como um direito dentro da própria lógica do modo de reprodução capitalista como acesso a parte da riqueza socialmente produzida. Considerando isso e o compreendendo como conquista da classe trabalhadora, se faz necessário discussões e lutas para sua ampliação, universalização e melhoria.

Entretanto, esclarecemos que deve se constituir também num espaço de discussão e de problematização do modo como a sociedade está organizada e a necessidade de luta pelo fim desse sistema e por uma ordem societária onde tais políticas compensatórias não sejam necessárias pois partiríamos da lógica de uma distribuição igualitária de toda riqueza socialmente produzida e não sua apropriação por uma pequena parte da sociedade.

## **2 Severinas**

Lançado em 2013 e com duração de 10:05 minutos, o mini documentário Severinas é uma produção independente da jornalista Eliza Capai que retrata a vida de algumas mulheres no interior do estado do Piauí que recebem o benefício do PBF como titulares. Realizado como parte do Concurso de Microbolsas da Agência Pública, o documentário se passa em Guaribas que, em 2003:

“[...] foi escolhida como piloto do programa Fome Zero. Tinha então o segundo pior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Brasil, 0,214 [...] Hoje, Guaribas tem 4.401 habitantes, 87% deles recebendo o Bolsa Família. São 933 famílias beneficiadas, com renda média mensal de R\$ 182. O IDH saltou para 0,508.” (CAPAI, 2013, s/p.).

Decidimos fazer a análise a partir desse documentário justamente por ser uma produção independente e retratar de maneira objetiva a realidade de algumas mulheres que recebem o benefício. Destacamos que não o utilizamos para generalizar conclusões, mas que,

metodologicamente constitui uma ferramenta de aproximação a realidade que nos permite algumas análises.

Logo nos primeiros minutos do documentário, se explicita a cultura da dominação e do medo típicas do patriarcado e como agravante, a reprodução da mesma. Nas primeiras cenas, ao tentar entrevistar uma das mulheres, Capai é interrompida pela filha da mesma dizendo “meu pai mandou você parar”. São rápidos segundos de vídeo que permitem identificar características do contexto social/cultural da qual essas mulheres estão inseridas. A cultura do patriarcado, tão generalizada em todas as sociedades, mas muitas vezes velada, é escancarada em diversas regiões do interior nordestino. Uma cultura extremamente arraigada e naturalizada que se mantém no cotidiano de muitos brasileiros dessas regiões em que se muitas vezes não têm acesso a alimentação, tampouco à informação.

Um contexto de extrema pobreza, trabalho precário, ausência de acesso a saúde e educação de qualidade, moradias em péssimas condições são expressões latentes da contradição fundamental da sociedade capitalista, onde a apropriação da riqueza socialmente produzida é atribuída a poucos. Contexto que reproduz os sistemas de exploração do capital sobre o trabalho nas relações sociais cotidianas e que nos permite adiantar o que trataremos nas considerações finais deste trabalho: a luta feminista implica necessariamente a luta anticapitalista e antipatriarcal.

Como uma espécie de continuação desse momento de contextualização, intencionalmente a primeira entrevista é de um homem. “Chefe” como é conhecido pela comunidade, expressa sua concepção de mulher dizendo que “a qualidade do homem é superior, a da mulher é inferior”. Como ele, muitos “Chefes” partem do entendimento de que qualquer relação de submissão e opressão é justificada pela ideia equivocada de superioridade. Essa superioridade tão antiga quanto a sociedade de classes, encontrou apoio e formas de manutenção e naturalização da ideologia dominante na figura do Estado, da Igreja e dos meios de comunicação.

A segunda entrevista é de uma das filhas de Chefe, Luzia. Ao ser perguntada sobre o que é ser mulher, a resposta demorada e talvez nunca problematizada, é simples, mas não é simplista e carrega um enorme significado: “ser mulher é mulher”. A partir dessa resposta podemos pensar duas possibilidades: a primeira diz respeito à construção histórica de papéis atribuídos às mulheres; a segunda, na possibilidade de transformação societária que só um sujeito duplamente explorado na sociedade capitalista pode carregar. A primeira possibilidade se relaciona a uma das

hipóteses deste trabalho, de que a condição de priorização da mulher no recebimento do benefício do PBF, pode reforçar sua submissão no âmbito privado (e conseqüentemente no âmbito público) se partir do entendimento de que esta é quem intuitivamente melhor entende da economia doméstica, bem como da criação dos filhos e cuidados com o lar.

A segunda possibilidade se fundamenta na compreensão de que “na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário” (ENGELS, 1984, p.80). Assim, “ser mulher” pertencente às classes subalternas é entender a opressão em todas as suas dimensões, é conviver sob o jugo de quem detém o poder e controle, de quem impõe regras e define limites e possibilidades da própria existência. Mas é também carregar, a partir da compreensão dessa condição, forças para lutar contra o fim de toda e qualquer exploração.

O documentário dá um câmbio de direção e expõe o depoimento de uma nova geração. Gisele, uma jovem de 18 anos e a pequena Serena, neta de Chefe. Ambas carregam a mesma decisão: não querem se casar. Serena, com toda inocência de uma criança, apenas se justifica dizendo “porquê sim”, enquanto Gisele sustenta sua posição dizendo que quer estudar. Gisele representa em sua comunidade a negação da herança patriarcal. Tem consciência de que a maioria de suas amigas já se casaram e tem filhos e que elas mesmas dizem “não poderem fazer mais nada”. Para ela, essa condição se resume em escravidão. A partir dessa compreensão de Gisele de condição de escravidão podemos discutir sobre o gérmen da condição de submissão da mulher. De acordo com Engels (1984), é no fim do comunismo primitivo e na criação da propriedade privada que encontramos a origem da opressão feminina. A mulher passa a ser apenas considerada por sua capacidade reprodutiva que garantiria a manutenção da linhagem e da propriedade, cabendo a esta a função de criação e manutenção dos filhos e da casa, ou seja, também na condição de propriedade do homem. Situação que de alguma forma se mantém na atualidade.

Outra entrevistada é Norma. Ela expressa o extremo da opressão feminina: a violência. Seu primeiro casamento que durou apenas vinte dias se resume, nas palavras de Norma, em “pau e cachaça”. O segundo casamento, de acordo com a fala de Norma, não apresenta evidências que as condições mudaram, mas Norma se conforma e, naturalizando a situação se responsabiliza pela condição do seu casamento, partindo da ideia de que ela é quem tem um destino a viver que envolve essa condição.

Todas essas situações apresentadas pelo documentário são consequências dessa sociedade patriarcal que vivemos e que envolvem o cotidiano dessas mulheres. Mas também há que se fazer ênfase em outras expressões da “questão social” que caminham juntas a essas relações de submissão e que em relação ao recebimento do Bolsa Família se torna questão central: a pobreza, a ausência de trabalho e até, a falta de água.

Para essas mulheres, não ter salário, não ter se quer o que comer, depender do que podiam ganhar em época de colheita, não significava viver. Muitas, diante dessas condições pensavam em migrar para São Paulo para poderem alcançar condições de criarem os filhos, condições de sobrevivência. E é nesse ponto em que o PBF produz as maiores alterações nas projeções de vida dessas mulheres. Como condição primeira, o PBF possibilita que essas mulheres não tenham que se submeter a abandonar sua terra, seus familiares e se submeterem a condições precárias de trabalho em outras localidades.

Com o pouco que recebem do programa, essas mulheres podem garantir a alimentação dos filhos e mais que isso, dispõem de uma autonomia econômica para comprar o que sempre estiveram privadas ou limitadas por conta da dominação do marido. Nas palavras de uma delas, hoje pode comprar “suas coisinhas” mesmo com o marido “xingando”. Com o bolsa família, essas mulheres têm, ainda que de forma limitada, acesso a bens que antes não tinham por dependerem financeiramente do marido. E é nesse sentido que vemos a possibilidade de certa autonomia dessas mulheres que recebem o benefício como titulares.

Partimos do entendimento que essa dependência financeira evidentemente se expressa numa submissão social, cultural e até mesmo política ao marido. Se entendemos que as relações econômicas condicionam as relações sociais no âmbito da sociedade, e se entendemos que a instituição família não é externa a essa sociedade e se constitui dentro da mesma, seguindo sua lógica e sobretudo reproduzindo essa lógica, podemos entender como milhares de mulheres se conformam com essa opressão.

Primeiro, por naturalizarem tal ordem e, por não projetarem uma nova possibilidade de existência, se conformam em levantar todos os dias para servir aquele que detém os meios de subsistência. Por questões objetivas e de necessidades básicas, essa mulheres não podem simplesmente abandonar seus lares, pois estiveram por muito tempo sob a opressão de alguém que não as permitiu se quer desenvolverem suas habilidades para se dedicarem a um ofício.

Estiveram sempre limitadas as mesmas tarefas dentro do lar e não se veem como seres de potencial criativo.

Em relação a isso, podemos discutir a importância do trabalho não doméstico. Embora compreendamos que o ser humano se desenvolve a partir das necessidades postas em seu meio social e que isso inclui o trabalho doméstico, entendemos que é também por meio do trabalho não doméstico que a mulher cria novas possibilidades de existência. Em um trabalho externo ao lar, essa mulher pode ampliar suas possibilidades criativas, se ver como sujeito político e projetar sua independência.

Não podemos pensar que o simples recebimento do benefício do PBF possibilita a essas mulheres total autonomia e liberdade. O benefício unicamente as permite sair de um extremo de exploração a qual se encontravam mas não garante por exemplo, condições necessárias para que essas mulheres deixem um lar violento para viverem em outro lugar. É nesse sentido que pensamos o trabalho como uma possibilidade maior de autonomia, embora limitado pelas próprias relações de discriminação que envolvem os ambientes de trabalho e em uma análise mais ampla, pela própria precarização do trabalho na sociedade capitalista.

Em consonância com isso é que pensamos que a simples atribuição da titularidade a mulher pode reforçar sua condição de submissão. Por mais que possa significar uma certa autonomia econômica que conseqüentemente reflete em outros âmbitos da vida de uma mulher, essa mulher que agora se vê com “um dinheirinho”, vê o benefício como uma benesse, um favor do atual governo, e não como um direito e passa a reorganizar sua vida para continuar servindo o marido em melhores condições. Pensar que a mulher deve cumprir o papel de garantir as necessidades primárias dentro do lar e por isso ela deve receber o benefício e administrá-lo é dar continuidade a essa lógica patriarcal.

O benefício deve sim garantir o acesso as necessidades básicas, mas o Estado também deve prover outras condições para que essas mulheres saiam dessa condição de se reduzir ao trabalho no lar. Deve garantir creches, por exemplo, para que essas mulheres possam trabalhar. No documentário, essas mulheres expressam essa necessidade. Mostrando a carteira de trabalho uma delas diz que seu sonho é trabalhar e ter uma renda mensal.

Entretanto, não devemos tampouco idealizar que por meio ao acesso ao trabalho essas mulheres garantiriam sua liberdade e autonomia. Atualmente, dados mostram o quanto as mulheres que já vivenciam esse direito são vítimas de preconceito unicamente por serem mulheres.

Possuem os considerados piores cargos, têm menores salários e sobretudo estão sempre sob a ameaça de perder o emprego ou até mesmo de não consegui-lo se não estiverem dispostas a regular sua vida a partir dele. Exemplo claro disso é o fato de não poderem engravidar quando querem, ou serem demitidas por engravidarem e, neste contexto de opressão, desconhecer a legislação que protege esse tipo de demissão.

Assim, podemos concluir que a igualdade entre homens e mulheres não dependem unicamente do fator acesso ao trabalho ou autonomia econômica por meio de um subsidio do Estado, mas sim da superação do sistema patriarcal que vivemos. E isso é o que discutiremos no último ponto desse trabalho.

### **Considerações Finais: Feminismo e Luta de Classe**

Como nos mostra Engels, “[...] o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.” (ENGELS, 1984, p. 70,71). É importante destacar que essa opressão vivida pela mulher é historicamente determinada e não fruto de uma suposta superioridade de força física do homem que muitas vezes é usada para justificar posições machistas.

De acordo com Engels (1984), e como já pontuamos nesse trabalho, é com o fim do comunismo primitivo e nascimento da propriedade privada que a mulher passar a ter apenas a função de reprodução que garantiria ao homem a manutenção da linhagem e da propriedade. Ou seja, a negação do direito materno é também a submissão da mulher ao homem. Em outras palavras, podemos dizer que a causa da opressão da mulher (bem como de toda opressão) é a divisão da sociedade em classe.

Ao entendermos isso, concluímos que a superação dessa opressão só é possível com a superação dessa forma de organização da sociedade que a constitui. Entretanto se faz importante destacar dois pontos. Primeiro que a abolição da opressão das mulheres não acabará automaticamente com a tomada do proletário ao poder. A herança da sociabilidade de classe durará até o desenvolvimento de condições sociais necessárias para o pleno desenvolvimento humano e liberdade entre homens e mulheres, entretanto, sem essa tomada ao poder esse pleno desenvolvimento é totalmente limitado.

Segundo, isso não quer dizer que não devemos lutar contra todas as formas de opressão e discriminação das mulheres. Diariamente centenas de mulheres são vítimas das mais diversas violências desde as mais extremas que se materializa na violência física, até as violências veladas que mais que tudo, servem para a naturalização desses processos de opressão. Vemos isso claramente no trabalho da mídia ao estereotipar a mulher como dona de casa nas propagandas de produtos de limpeza, ou ridiculamente como objeto sexual nas propagandas de cerveja.

Os sistemas de opressão são mantidos quando impedimos um menino de brincar com boneca, ou exigimos um bom comportamento das meninas, limitando suas possibilidades de desenvolvimento com jargões como: “isso não é coisa de menina”. Naturalizamos a opressão quando não problematizamos o aborto masculino, julgando a mulher que decide sobre seu próprio corpo e não encarando como aborto o fato do homem não querer assumir a criança.

Devemos nos posicionar contra todas essas formas de opressão mesmo que entendamos que qualquer ação para a completa liberdade das mulheres estará limitada enquanto estivermos numa sociedade patriarcal, machista e capitalista. Entender, ainda, que um projeto social de emancipação humana só é possível no âmbito da construção coletiva pelos sujeitos, constituindo-se em novos sujeitos, conscientes e contrários a todos os processos de opressão e exploração e com disposição para luta que tangencia a transformação social.

## Referências Bibliográficas

CAPAI, E. **Severinas: as novas mulheres do sertão**. Disponível em: Publica- Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo. Acesso em: 19/06/2015: <<http://apublica.org/2013/08/severinas-novas-mulheres-sertao/>>, 2013.

\_\_\_\_\_. **Severinas** (Mini-documentário) Disponível em: <<https://vimeo.com/73309361>> 2013.

COGGIOLA, O. **Programas Sociais Compensatórios: a experiência brasileira**. Revista Praia Vermelha. V. 23, nº 1. Rio de Janeiro: 2013.

ENGELS, F. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 9ª Edição, tradução: Leandro Konder, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

IASI, M. **Conjuntura latino americana e as perspectivas da esquerda revolucionária**. Núcleo PUC-Minas, União da Juventude Comunista (UJC) - MG. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hf-4a2eoCkU>>, 2015.

LULA DA SILVA, L. I. **Carta ao Povo Brasileiro**. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>> 2002.